



## **ATA Nº 06/2017**

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2017, às 9h30min, no Estrela Palace Hotel, em Estrela/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat), sob a coordenação do presidente Carlos Rafael Mallmann. Estiveram presentes os prefeitos dos municípios de Estrela, Boqueirão do Leão, Cruzeiro do Sul, Westfália, Capitão, Santa Clara do Sul, Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Imigrante, Putinga, Poço das Antas, Vespasiano Corrêa, Muçum, Fazenda Vilanova, Teutônia, Colinas, Marques de Souza, Anta Gorda, Nova Bréscia, Progresso, Travesseiro, Arroio do Meio, Roca Sales, Dois Lajeados, São Valentim do Sul e Encantado, e os vice-prefeitos de Paverama, Arvorezinha, Doutor Ricardo e Sério, representando os prefeitos. Também participaram do encontro vice-prefeitos, secretários da Educação e Fazenda e profissionais das prefeituras ligados a estas duas pastas. O presidente abriu os trabalhos saudando os presentes e convidou para sua participação o secretário-executivo do Consisa, senhor Nilton Rolante, que falou sobre a formação de consórcio para adesão ao Susaf pelos municípios. Na continuidade ocorreu a participação do diretor da Consultoria em Direito Público, Gladimir Chiele, Ele abordou dois temas: encerramento do exercício e municipalização do Ensino Fundamental. Sobre o fechamento das contas do exercício, orientou os gestores sobre providências que devem ser tomadas. Entre outras, citou, por exemplo, o cancelamento de todos os empenhos processados e não liquidados; se houver obras em andamento cuja execução seja em etapas, cancelar a parte do empenho que não foi liquidada ainda, pagando somente a parcela da obra efetivamente concluída. O restante deverá ser empenhado no próximo exercício e pago conforme a liquidação do mesmo; restos a receber da União e do Governo do Estado devem ser considerados como disponibilidade financeira eis que o atraso nos repasses, não pode prejudicar o ente municipal e considerar também, com algum tipo de registro no empenho, os valores do recurso livre que são utilizados para pagamento de empenhos do recurso vinculado, deixando um déficit na disponibilidade de caixa do Município para atender compromissos que devem ser saldados pela União e pelo Estado. Falou ainda sobre restos a pagar e férias dos agentes políticos. Outro tema abordado foi a municipalização do Ensino Fundamental. Segundo Chiele, abordagem do tema que envolve a 'municipalização do ensino fundamental' é, antes de tudo, decorrente de uma previsão de natureza constitucional. O texto da Carta da República já faz a divisão executiva da área de educação em níveis hierárquicos de gerenciamento, através das três esferas de poder político-administrativo. Trata-se, conforme ele, igualmente da adequação do efetivo exercício de comando sobre a educação, com a relocação do centro de poder, mediante a participação das secretarias municipais, aumentando ainda mais sua responsabilidade e espaço administrativo. "A municipalização do ensino fundamental tem justificativas técnicas, legais e fáticas, especialmente pelo fato



de que, tanto professores como diretores, além dos próprios pais e alunos, podem ter uma relação mais próxima ao tornar o município responsável pela gestão educacional, trazendo para o âmbito local o poder decisório”, frisou. Ressaltou que no caso da municipalização do Ensino Fundamental, ao contrário das demais áreas que estão sendo municipalizadas ao longo dos últimos anos, desta vez os recursos também serão aportados aos cofres do erário local, pois eles integram um Fundo redistribuído em face das matrículas dos alunos. O tema foi abordado também pelo senhor Itamar Baptista Chagas, diretor de Articulação com os Municípios da Secretaria Estadual de Educação. Em suma, ele frisou que a municipalização só ocorre se o prefeito solicitar, pois tem sua autonomia. “Não podemos impor. Por isto, tem que ser bem estudado, pois existe um roteiro a ser seguido”, observou, enfatizando que o objetivo do Governo do Estado é a melhoria para o aluno. Por fim, abordou ainda a questão do transporte escolar. Após as palestras o presidente Rafael Mallmann encaminhou o processo de eleição da diretoria da entidade para a gestão 2018. Informou haver chapa única, apresentada de acordo com o estatuto, e fez a leitura da nominata. Colocando em votação, foi aprovada por aclamação, ficando assim constituída: presidente: Marcelo Caumo (PP), de Lajeado; 1º vice-presidente, Jonatan Brönstrup (PSDB), de Teutônia; 2º vice-presidente, Celso Casagrande (PDT), de Anta Gorda; 1º secretário, Lairton Hauschild (PSDB), de Cruzeiro do Sul; 2º secretário, Carlos Rafael Mallmann (PMDB), de Estrela; 1º tesoureiro, Celso Kaplan (PP), de Imigrante, e 2º tesoureiro, Gilberto Gaspar Costantin (PDT), de Progresso. Também foram eleitos três membros titulares e três suplentes para o Conselho Fiscal. Os titulares são Edmilson Amauri Dörr (PTB), de Marques de Souza; Genésio Roque Hofstetter (PSB), de Travesseiro e Marcelo Portaluppi (PP), de Vespasiano Corrêa. Os suplentes são Klaus Werner Schnack (PMDB), de Arroio do Meio; Sandro Ranieri Herrmann (PP), de Colinas, e José Luiz Cenci (PP), de Fazenda Vilanova. Agradecendo a oportunidade e confiança, Caumo disse que dará continuidade aos trabalhos iniciados na gestão do presidente Rafael Mallmann. Em sua manifestação depois de eleito, sugeriu que ainda em dezembro se realize uma reunião com os municípios para a discussão do reajuste salarial aos servidores. “Seria interessante uma manifestação formal da Amvat. Vamos propor uma agenda ainda em dezembro”, disse. Finalizando, manifestou sua expectativa de um ano de 2018 positivo. “Que sigamos firmes, fortes e unidos em busca de um Vale cada vez melhor para todos”, assinalou o presidente eleito. Já o presidente Rafael Mallmann faz um balanço positivo da gestão que está se encerrando. Destaca o trabalho conjunto com as entidades do Vale como a forte participação no processo que prevê a concessão da BR-386 – a suspensão de normativa, pelo Governo do Estado, que traria perdas no retorno de ICMS dos municípios onde há produtores que atuam pelo sistema integrado de aves e suínos; e a ampliação e fortalecimento do consórcio regional, com a implantação do Sistema de Inspeção Municipal, que reduzirá custos para as prefeituras. “Nossa gestão mostrou que a tendência é a regionalização”,



afirma. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada. Estrela/RS, 07 de dezembro de 2017.

**Jonatan Brönstrup**  
**1º Secretário**

**Carlos Rafael Mallmann,**  
**Presidente da AMVAT**